

# LOA 2025

# ACAUÃ - PI

ID: 574DF112E9E34



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 64748-000 - Acauã do Piauí-PI

## ATO DE SANÇÃO Nº 010/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACAUÃ, ESTADO DO PIAUÍ, Sr. Reginaldo Raimundo Rodrigues, no uso de suas atribuições legais, sanciona por meio do presente PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO MUNICIPAL de Nº 005/2025, de 16 de abril de 2025, EMENTA: "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026 e elaboração Plano Plurianual do período 2026 a 2029 e dá outras providências", passando a vigorar como LEI MUNICIPAL Nº 010/2025, de 02 de junho de 2025.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Acauã-PI, 02 de junho de 2025.

REGINALDO RAIMUNDO RODRIGUES  
71432620304  
Reginaldo Raimundo Rodrigues  
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por REGINALDO RAIMUNDO RODRIGUES em 02/06/2025 às 10:58:11 em PI - Prefeitura Municipal de Acauã - Piauí - Brasil  
CNPJ: 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 64748-000 - Acauã do Piauí-PI  
E-mail: pref.acaua@gmail.com  
Tel.: (89) 99425-4598

Site: www.acaua.pi.gov.br  
E-mail: pref.acaua@gmail.com  
Tel.: (89) 99425-4598



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 64748-000 - Acauã do Piauí-PI

Parágrafo 2º Alterações, ou ajustes, nos valores sugeridos para os elementos de despesa na Lei Orçamentária Anual - LOA não motivam reformulação do Plano Plurianual - PPA. A reformulação somente será necessária de houver inclusão ou exclusão de Programa, Objeto ou Investimento Plurianual, porque é preciso conciliar com o PPA do período 2026 a 2029 eventuais alterações decorrentes da LOA ou leis de crédito adicional ou, ainda, incluir, excluir ou alterar a unidade orçamentária responsável pela execução do programa, em função de lei que venha a alterar a estrutura administrativa da Prefeitura.

Art. 4º As diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta Lei compreendem:

- I - As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
- II - A estrutura e a organização do orçamento municipal;
- III - As diretrizes para do Plano Plurianual do período de 2026 a 2029;
- IV - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento municipal e suas alterações;
- V - Disposições sobre o Orçamento da seguridade Social;
- VI - As disposições relativas às políticas de pessoal;
- VII - As disposições finais.

### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 5º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no Anexo de Metas e Ações que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, e visam:

- I - A melhoria do atendimento das demandas da população em todos os campos da administração pública, especialmente na Saúde, Educação, Assistência Social, Transporte, Infraestrutura Urbana e Produção, objetivando o desenvolvimento em favor da melhor qualidade de vida da população urbana e rural, oferecendo instrumentos necessários para o pleno exercício da cidadania.
- II - O incremento na arrecadação dos tributos municipais, com o aperfeiçoamento da gestão e diminuição de perdas de arrecadação;
- III - O aumento da capacidade financeira de investimento;
- IV - A modernização da ação governamental;

Site: www.acaua.pi.gov.br  
E-mail: pref.acaua@gmail.com  
Tel.: (89) 99425-4598



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 64748-000 - Acauã do Piauí-PI

## LEI MUNICIPAL Nº 010/2025

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026 e elaboração Plano Plurianual do período 2026 a 2029 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACAUÃ, ESTADO DO PIAUÍ, Sr. Reginaldo Raimundo Rodrigues, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e Lei Orgânica do Município, e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie;

FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL DE ACAUÃ, APROVOU, e eu SANCIONO a seguinte Lei:

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do Art. 165, da Constituição Federal, as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026 e elaboração Plano Plurianual do período 2026 a 2029 - PPA do Município de Acauã, Estado do Piauí.

Art. 2º Os Projetos de Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026 e a elaboração do Plano Plurianual - PPA do período de 2026 a 2029, serão elaborados em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Piauí, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Integram a presente Lei os Anexos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Capítulo II, Seção II, Art. 4º.

Parágrafo 1º. As metas e as prioridades estabelecidas nesta Lei não encerram o assunto, podendo ser, quando da elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026 e elaboração do Plano Plurianual - PPA do período 2026 a 2029, ajustados, inseridos ou excluídos programas, projetos, atividades e metas programadas dos períodos por eles abrangidos, para atender novas exigências e demandas advindas e compatibilizar os orçamentos fiscais dos respectivos exercícios, com a finalidade de adequá-los a novas circunstâncias.

Site: www.acaua.pi.gov.br  
E-mail: pref.acaua@gmail.com  
Tel.: (89) 99425-4598



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 64748-000 - Acauã do Piauí-PI

V - A austeridade na gestão dos recursos públicos.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de maior carência, ou menor índice de desenvolvimento humano.

### II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 6º A Proposta Orçamentária será integrada por todos os quadros e anexos previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 e suas alterações recomendadas nas Resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 7º A composição do Orçamento anual terá por base as estruturas organizacionais vigentes do Executivo e do Legislativo, agrupadas por áreas afins, se necessário, e a distribuição dos dispêndios previstos obedecerá à classificação quanto à natureza da despesa e funcional-programática, como estabelecido nas normas mencionadas no artigo anterior, e discriminadas por unidades orçamentárias.

§ 1º Cada unidade orçamentária detalhará a despesa por sua natureza, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa em seu menor nível, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminado, e de acordo com sua competência para gerir valores:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões financeiras;
- 6 - Amortização da dívida;
- 7 - Reserva de contingência.

§ 2º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2026 será apresentada utilizando as classificações orçamentárias dispostas na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, condensadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Site: www.acaua.pi.gov.br  
E-mail: pref.acaua@gmail.com  
Tel.: (89) 99425-4598

(Continua na página seguinte)

# LOA 2025

# ACAUÃ - PI



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

§ 3º - O programa de trabalho do governo será detalhado por função, subfunção, projeto ou atividade e operação especial, agrupados por áreas afins em cada unidade orçamentária, na forma estabelecida no Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 4º - O Poder Legislativo Municipal fará a adequação da sua estrutura organizacional para composição do orçamento anual.

Art. 8º Para os efeitos desta Lei, os termos que detalham a dotação orçamentária devem ter o seguinte entendimento:

I - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, referidas no art. 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e dispostas na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, da Secretaria do Tesouro Nacional e suas alterações;

II - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores a serem estabelecidos no plano plurianual;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 9º As propostas de modificações no projeto de Lei orçamentária, bem como nos projetos de créditos adicionais, serão apresentadas na forma estabelecida para o orçamento, e detalhadas até o nível de elemento de despesa.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

IX - O montante da reserva de contingência estabelecida no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, corresponderá a no máximo 2,00% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização está estabelecida no Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

### III - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13º O Plano Plurianual poderá ser alterado para a inclusão, ou adequação de ações orçamentárias e de suas metas decorrentes de novos programas de governo, e necessários ao desenvolvimento municipal, por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Parágrafo único. A alteração da programação orçamentária e do fluxo financeiro de cada Programa do Plano Plurianual ficará condicionada à informação prévia pelos respectivos gestores do grau de alcance das novas metas fixadas, e não poderão ser incluídas no Projeto ações com objetivos inalcançáveis, para não descaracterizar o planejamento, e por representar situação estranha à realidade dos fatos.

Art. 14º A classificação dos gastos públicos no Plano Plurianual seguirá o disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do MOG, publicada no DOU de 15 de abril de 1999, e suas alterações, a fim de que o setor público possa traduzir sua atuação em programas definidos segundo os objetivos de cada unidade orçamentária da Prefeitura e, para efeito de classificação dos gastos pleiteados, as funções e as subfunções representarão os níveis máximos de agregação do gasto.

Art. 15º As ações do Poder Executivo que integrem o Plano Plurianual, resultando em bens e serviços postos à comunidade, deverão ser organizados levando em conta o equilíbrio entre custo, qualidade e prazo, e objetivando melhorar o desempenho gerencial da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade pelos custos e pelos resultados.

Art. 16º O plano Plurianual deve permitir a avaliação, pelos gestores, do desempenho dos programas em relação aos objetivos e metas especificados, oferecendo elementos para que as ações do controle interno e externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da atuação da Prefeitura, dando maior transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

Art. 10º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, com destaque dos fundos especiais.

Art. 11º As receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária poderão ser atualizadas quando o índice de inflação do mesmo período o justificar.

Art. 12º O Município obedecerá às seguintes vinculações, na fixação e execução da despesa:

I - Até 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes líquidas para gastos com Pessoal e Encargos Sociais, sendo 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo;

II - No mínimo 15% (quinze por cento) das receitas derivadas de impostos municipais e transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício de 2026, nas ações de saúde;

III - No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas derivadas de impostos municipais e transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício financeiro de 2026, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - No mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício considerando-se, para esse efeito, o estabelecido no artigo 26 da Lei 14.113, de 25/12/2020;

V - Para atingir o mínimo de 70% dos recursos anuais totais da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, poderão ser aplicados para reajuste salarial sob a forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial, como definido na Lei 14.276, de 27/12/2021.

VI - O Município poderá remunerar, com a parcela dos 30% (trinta por cento) não subvinculada aos profissionais da educação referidos nos incisos IV e V desta Lei, os portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de serviço social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam aos educandos, nos termos da Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, observado o disposto no inciso VII a seguir.

VII - No mínimo 15% (quinze por cento) dos recursos da complementação Valor Aluno Ano Total - VAAT, serão aplicados em despesas de capital, como definido no artigo 27 da Lei 14.113, de 25/12/2020;

VIII - A proposta orçamentária para a Câmara Municipal não poderá ultrapassar o limite de 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no Artigo 29-A da Constituição Federal, parágrafo 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159;

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

Art. 17º As ações integrantes do Plano Plurianual que resultarem em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade serão agrupadas em Programas Finalísticos.

Art. 18º As ações integrantes do Plano Plurianual que resultarem em despesas de natureza administrativa e outras que se destinarem a alcançar os objetivos dos Programas Finalísticos, e os de gestão de políticas públicas, mas não podendo, no momento, ser apropriadas aos programas como, por exemplo, a manutenção e conservação de bens, a manutenção de serviços de utilidade pública, a manutenção de serviços de administração geral, a administração de recursos humanos, serão agrupadas em Programas Administrativos.

Art. 19º Poderão integrar, ainda, o Plano Plurianual as ações que resultarem em despesas que não contribuem para o ciclo produtivo, nem para o alcance de seus objetivos, as denominadas Operações Especiais, não obrigatórias na composição do plano, como as despesas relativas à dívida, as transferências, os ressarcimentos, as indenizações e outras afins que representam agregações neutras.

### IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 20º Para estimar a Receita a ser arrecadada no exercício de 2026, serão considerados os valores do Demonstrativo da Receita dos exercícios financeiros anteriores, podendo haver ajustes resultantes das alterações da política fiscal e monetária oficial e das modificações da legislação tributária, dentre outros aspectos, observando o equilíbrio entre receitas e despesas, como recomendado na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, inciso I, alínea a. Para assegurar o equilíbrio da programação orçamentária, o Poder Executivo poderá:

I - Alterar metas e compatibilizar receitas e despesas no Projeto de Lei do PPA;

II - Corrigir os valores da receita e despesa no decorrer do exercício financeiro, de acordo com os índices oficiais dos governos Estadual e Federal;

III - Incluir no Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA os gastos e os objetivos a serem seguidos pelo Governo Municipal no exercício de 2026 as propostas do Plano Plurianual - PPA, do período de 2026 a 2029, como previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, estabelecendo as medidas.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596

(Continua na página seguinte)

# LOA 2025

# ACAUÃ - PI



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos em decorrência de atos de suas competências ou atribuições relacionadas à organização e ao funcionamento da administração municipal, mantida a estrutura programática expressa por categoria de programação, não alterando os valores aprovados na Lei Orçamentária de 2026 e não implicando aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.

**Art. 21°** O Quadro Auxiliar de Detalhamento de Despesa, instrumento componente da Lei Orçamentária Anual – LOA, se constitui instrumento auxiliar do controle da execução orçamentária, não caracterizando alteração do orçamento ou ajustes entre elementos de despesa da mesma origem de uma mesma unidade orçamentária, nem a criação de outros elementos de despesa necessários à execução orçamentária no decorrer do exercício, obedecendo as diretrizes da Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001 e suas alterações.

**Art. 22°** No cumprimento do que recomenda o Art. 100 da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000, será incluída no orçamento, nos elementos de despesa 3.1.90.91.00 – Sentenças Judiciais e 3.3.90.91.00 – Sentenças Judiciais, verba necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho de 2025.

**Art. 23°** Poderá ocorrer limitação de empenho e movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, como prenuenciado na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, inciso I, alínea b, que será proporcional aos ajustes no cronograma de desembolso.

**Art. 24°** Se a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas, sobreindo a hipótese do disposto no artigo 23, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira após análise dos gestores de recursos dos órgãos municipais, fixando-se por decreto o montante de indisponibilidade que caberá a cada órgão, preservando as dotações referentes ao pagamento das obrigações constitucionais de pessoal, encargos sociais e previdenciários.

**Art. 25°** Cumprindo o estabelecido no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorrendo insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a ordem de limitação de empenho:

- I – Obras ainda não iniciadas;
- II – Contratação de Pessoal;

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
E-mail: [prof.acaua@gmail.com](mailto:prof.acaua@gmail.com)  
Tel.: (69) 39425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, nos termos da Lei Federal 9.755/98, de 16.12.1998 e Instrução Normativa nº 28, de 05 de maio de 1999, do Tribunal de Contas da União, ao menos:

I - Pelo Poder Executivo:

- a) Até o dia 31 de janeiro de 2026, a Lei orçamentária para o exercício financeiro;
- b) Até noventa dias subsequentes ao mês vencido, os balancetes mensais de 2026;
- c) Até o dia 30 de abril de 2027, o balanço geral 2026 do Município.

II – Pela Câmara Municipal:

- a) Até noventa dias subsequentes ao mês vencido, os balancetes mensais de 2026;

**Art. 31°** Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo selecionará do elenco estabelecido no Plano Plurianual as prioridades a serem incluídas como despesas de investimentos, classificando-as como projetos, sempre considerando a capacidade financeira do Município.

**Art. 32°** Os objetivos básicos da Administração Pública Municipal a serem contemplados na Proposta Orçamentária para o exercício de 2026 se constituem, também, das diretrizes e metas constantes do Plano Plurianual do período de 2026 a 2029.

**Art. 33°** As operações de crédito a longo prazo terão finalidade específica de investimento.

**Art. 34°** Nenhum investimento poderá ser feito sem que esteja previsto na Lei Orçamentária anual ou em créditos adicionais abertos para esse fim, mesmo constando o projeto ou atividade no Plano Plurianual de Investimentos.

**Art. 35°** Os investimentos já iniciados terão prioridade sobre os novos, e os gastos com estes últimos não poderão ocorrer à conta de anulação de dotações dos projetos já em andamento.

**Art. 36°** Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações despesas à conta de "Investimentos em Regime de Execução Especial", ressalvados os casos de calamidade pública, previstos na legislação vigente.

## V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
E-mail: [prof.acaua@gmail.com](mailto:prof.acaua@gmail.com)  
Tel.: (69) 39425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

III – Equipamentos e materiais permanentes;

IV – Serviços e material de consumo para o aumento da ação do governo municipal;

V – Gastos com cultura;

VI – Gastos com esportes;

VII – Serviços e materiais de consumo para a manutenção da ação do governo municipal.

**Art. 26°** Cessada a causa da limitação de empenho e movimentação financeira a que se referem os artigos 23 e 24, total ou parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos tenham sido limitados será feita de forma proporcional ao comportamento da recuperação das receitas.

**Art. 27°** O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, para fins de elaboração da sua proposta parcial de orçamento, até o dia 30 de junho, as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

**Art. 28°** A Câmara Municipal, com fundamentos nas estimativas das receitas orçamentárias para o exercício subsequente, encaminhará ao Poder Executivo, até o dia 31 de julho, a proposta do seu orçamento para fins de incorporação ao orçamento geral do Município.

**Art. 29°** A proposta orçamentária da Câmara Municipal deve conter os elementos de despesa 3.2.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida, e 4.6.00.00.00 – Amortização da Dívida, e seus desdobramentos apropriados, no valor do débito previdenciário gerado pela Câmara Municipal, de responsabilidade do Poder Legislativo, apurado nas negociações de dívida com o INSS, ficando o Poder Executivo autorizado a descontar da parcela do repasse do duodécimo o equivalente ao valor da prestação acordada com o INSS vencendo no mês do repasse, em cumprimento do que recomenda o Tribunal de Contas do Estado do Piauí no Parecer resultante do Processo TCE-08926/10.

**Art. 30°** A execução da Lei orçamentária para 2026 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas à sua execução, como previsto na Constituição Federal e regulamentado na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), capítulo IX, Seção I, artigos 48, 48-A e 49.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
E-mail: [prof.acaua@gmail.com](mailto:prof.acaua@gmail.com)  
Tel.: (69) 39425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
CNPJ. 01.612.559/0001-35  
Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
CEP: 84748-000 - Acauã do Piauí-PI

**Art. 37°** A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, assistência social e, se o Município vier a optar pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas nesta lei, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

**Art. 38°** Se o Município vier a optar pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS obedecerá ao disposto na Portaria MPS 21, de 16.01.2013, alterando a Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008.

Parágrafo único – Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.

**Art. 39°** Os serviços básicos de saúde e de assistência social serão prestados a quem deles necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - Amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - Promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - Habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

## VI – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE PESSOAL

**Art. 40°** A política de pessoal do Governo será exercida em obediência à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, ficando os Poderes Executivo e Legislativo autorizados para adequação, regularização e equilíbrio do quadro funcional, a adotar as seguintes medidas:

I – Demissão de servidores mantidos irregularmente nos seus quadros;

II - A criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira, respeitada a legislação vigente;

III – Contratação temporária para suprir eventuais necessidades de servidores, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social, respeitada a legislação vigente;

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
E-mail: [prof.acaua@gmail.com](mailto:prof.acaua@gmail.com)  
Tel.: (69) 39425-4596

(Continua na página seguinte)

# LOA 2025

# ACAUÃ - PI



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 – Acauã do Piauí-PI

IV – Terceirização de mão-de-obra para os serviços de vigilância, de conservação, de limpeza, bem como de serviços especializados ligados à atividade-meio do Poder Executivo.

V – Proceder a concurso público para suprir necessidade de pessoal e para ocupação permanente dos cargos providos em caráter temporário, respeitada a legislação vigente;

VI – Proceder ao reajuste salarial, e a concessão de outras vantagens, nos termos da legislação pertinente, principalmente o § 1º do Art. 169 da Constituição Federal, que recomenda a existência prévia de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

Art. 41º O pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais, terá prioridade sobre os custos de novos projetos.

## VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42º Os projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão encaminhados à Câmara Municipal e devolvidos para sanção nos prazos estabelecidos pelo artigo 13, incisos I, II e III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí:

I - No dia 1º (primeiro) de agosto de 2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - No dia 1º (primeiro) de janeiro de 2026, a Lei do Orçamento Anual e a Lei do Plano Plurianual.

Parágrafo único. Uma vez que ninguém pode se escusar de cumprir a lei alegando que não a conhece, a não devolução dos projetos de lei de que trata este artigo nos prazos regulamentares será considerada como aquiescência do Poder Legislativo aos referidos projetos, ficando o Poder Executivo autorizado a efetuar a sanção, promulgação e publicação, como requisito indispensável à sua validade e à obrigatoriedade da observância dos seus preceitos, como estabelecido no § 7º do Art. 66 da Constituição Federal.

Art. 43º Os programas financiados com recursos do orçamento repassados pelo Município, provenientes de convênios, acordos, ajustes e contratos, deverão ter prestação de contas em separado para controle de custos e avaliação de resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum, até o dia 30 de janeiro do ano subsequente, em atendimento ao recomendado na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, inciso I, alínea e.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 – Acauã do Piauí-PI

Art. 47º Visando o desenvolvimento do associativismo, o Governo Municipal poderá fazer parcerias ou contratações com associações comunitárias para a execução de obras e prestação de serviços.

Art. 48º O Município poderá conceder ajuda financeira às entidades legalmente constituídas, desde que cadastradas nos órgãos próprios e que apresentem seus planos de aplicação aprovados pelos respectivos Conselhos.

Parágrafo único. A ajuda a ser concedida, que poderá consistir em transferências de recursos a entidades públicas e privadas, dar-se-á na forma de subvenção ou auxílio e, ainda como condições e exigências para receber os recursos, atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 4º, inciso I, alíneas "d" e "f", as entidades beneficiadas sujeitar-se-ão à ação fiscalizadora do Governo Municipal e ao acompanhamento das ações dessas entidades para que apresentem o melhor resultado possível dentro de cada área.

Art. 49º O Governo Municipal prestará assistência social individual ou coletivamente à pessoa ou grupo social que se encontre em situação de risco, abaixo da linha de pobreza, ou em condições de vulnerabilidade.

Parágrafo único. Para as finalidades do disposto no caput deste artigo, será considerado abaixo da linha de pobreza o indivíduo ou a família que não possua condições de obter todos os recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas mínimas de subsistência.

Art. 50º A assistência social a que se refere o artigo anterior tem caráter de complementaridade, e de provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, e poderá ser feita através de despesas com:

I – Cesta de alimentos a pessoas carentes;

II – Restaurantes ou hospedarias populares para pessoas em trânsito pelo Município;

III – Aluguel de veículos, passagens de ônibus e transportes em geral;

IV – Aquisição de medicamentos, quando os serviços de saúde do Município não possam disponibilizar pelos meios usuais de atendimento;

V – Contas de água e luz quando a pessoa necessitada esteja em risco de ser privada daqueles serviços;

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 – Acauã do Piauí-PI

Art. 44º As importâncias devidas ao Poder Legislativo serão repassadas em parcelas mensais e sucessivas, nos prazos previstos pela Emenda Constitucional nº 25.

Parágrafo único. A Câmara Municipal encaminhará os seus balancetes, balanços e demonstrativos do exercício financeiro de 2026 de forma impressa ao órgão de contabilidade do Município até 20 dias corridos após o mês de competência, tempo hábil para fins de incorporação ao Balanço Geral do Município, a quem compete proceder à consolidação dos resultados, conforme determinado na Lei Federal nº 4.320/64, art. 110, parágrafo único, e nos termos do art. 2º e do art. 74, parágrafo 2º, da Resolução TCE 09, de 08.05.2014 e resoluções subsequentes.

Art. 45º Para pôr em prática o incentivo ao desenvolvimento do Município e dar melhor atendimento à população, o Poder Executivo Municipal poderá efetuar despesas com órgãos de outros níveis de governo, e com entidades privadas, em ações que o Município não tenha competência institucional e condições materiais para executá-las, mas que são indispensáveis à estabilidade social e ao bem estar da comunidade, as quais serão concretizadas mediante instrumentos legais específicos, ficando autorizadas as formalizações através de convênios, quando necessários.

Art. 46º O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária, nos termos da legislação em vigor;

II - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III - Abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto no artigo 12, inciso VI desta Lei.

IV - Efetuar remanejamento, transposição e transferência de recursos orçamentários, no âmbito de seus respectivos órgãos, elementos de despesa e projetos e atividades, a fim de manter em equilíbrio a execução da despesa pública no decorrer do exercício financeiro de 2026;

V - Assinar convênios com os Governos Federal e Estadual para a execução de projetos e atividades constantes do orçamento municipal, ou previstos em créditos especiais abertos ou em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Estendem-se ao Poder Legislativo as prerrogativas dos incisos IV e V deste artigo.

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596



ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI  
 CNPJ. 01.612.559/0001-35  
 Rua Aureliano Ferreira, nº 70, Centro  
 CEP: 84748-000 – Acauã do Piauí-PI

VI – Emissão de documentos pessoais;

VII – Indenização de despesas realizadas por pessoas situadas abaixo da linha de pobreza que, em trânsito por outras cidades, venham a fazer gastos em regime de excepcionalidade com compra de medicamentos, compra de passagens, pagamento de alimentação e pagamento de hospedagem;

VIII – Despesas com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas carentes, de pequenos valores, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificáveis explicita ou implicitamente nas despesas acima.

IX – Outras despesas que, mesmo não estando previstas nesta Lei, sejam compatíveis com o estado de carência da pessoa ou grupo que dela esteja a necessitar.

Parágrafo único. Para atender a finalidade do disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo obrigado a enviar para a Câmara Municipal a relação dos beneficiados pelo respectivo artigo.

Art. 51º Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2026 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal

Art. 52º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Acauã-PI, 02 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente por REGINALDO  
 RAIMUNDO RODRIGUES  
 71432620304  
 Reginaldo Raimundo Rodrigues  
 Prefeito Municipal

Site: [www.acaua.pi.gov.br](http://www.acaua.pi.gov.br)  
 E-mail: [pref.acaua@gmail.com](mailto:pref.acaua@gmail.com)  
 Tel.: (89) 99425-4596

(Continua na página seguinte)

# LOA 2025

# ACAUÃ - PI

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METAS E PRIORIDADES  
2026

**PM PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**

**GABINETE DO PREFEITO**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ O G. DO PREFEITO  
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO  
MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

AQUIS. DE EQUIP. P/ SETOR DE ADM. GERAL  
CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DO PREDIO DA PREFEITURA  
MANUT. DOS ENCARGOS DO SETOR DE ADMINIST. GERAL  
MANUTENÇÃO ENC. DO SETOR DE EDUCAÇÃO  
MANUTENÇÃO DE ENCARGOS COM SETOR DE SAUDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE  
MANUT. DOS ENCARGOS DO SETOR DE ADMIN. FINANCEIRA  
ENCARGOS COM O PASEP  
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA  
INSS PARCELAMENTO

**CONTROLADORIA INTERNA**

MANUT. DO CONTROLE INTERNO

**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA**

AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS  
CONSTRUÇÃO E REFORMA PRAÇAS, PARQS., JARD. E AREA  
C.A.R. OBRAS E INFRA-ESTRUTURA URBANA

Página 1 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METAS E PRIORIDADES  
2026

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO**

CONST. AMPL. E REST. DE ESTRADAS E PONTES  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO P/ O SMTM  
AMPL. REF. E EQUIP. DO AEROPORTO  
CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA  
MANUTENÇÃO DE ENCARGOS DA SMTM  
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

CONST. AMPL. REST. AÇUGUE, MATAD. E PRED. AGRIC.  
AQUIS. DE TRATOR, EQUITIS. IMPLMNT. AGRICOLAS - QUADRO  
CONST., RECUPER. E EQUIPAM. DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO  
AQUIS. DE EQUIP. P/ SETOR DE DIST. DE SEMENTES  
EQUIP. P/ POÇOS TUBULARES  
PROG. DE DESENV. AGRARIO - PRODISA  
MANUT. C/ ENCARGO DO SETOR E DISTR. DE SEMENTES  
MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA  
PROG. DE DESEN. AGRARIO - PRODESA

**CAMARA MUNICIPAL DE ACAUA**

**CAMARA MUNICIPAL**

AMPL. E REFORMA DO PRÉDIO DA CAMARA MUNICIPAL  
MODERNIZAÇÃO ADMINIST. DA CAMARA MUNICIPAL  
IMPLANTAÇÃO DO SIST. DE INFORMATICA  
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO  
AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL  
MANUT. ADMINISTRATIVA DA C. MUNICIPAL

**FUNDEB**

Página 3 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METAS E PRIORIDADES  
2026

CONST. AMP. REST. OBRAS D'AETE INFRA-EST. RURAL  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
CONST. REST. SAN. GERAL ESG. GALERIAS  
CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITARIO  
CONST. DE UM DIQUE DE PROTEÇÃO  
CONSTRUÇÃO DE LAVANDEIRAS  
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REST. DE CALÇAMENTO ZONA RURAL  
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REST. DE RUAS E CALÇAMENTO ZONA URBANA  
AÇÕES PARA MELHORIA SANITARIA  
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REST. DE SIST. DE A. D' AGUA  
CONSTRUÇÃO AMPL. E REST. DE BARRAGEM E AÇUDES  
CONSTRUÇÃO AMPL. E REST. DE REDE DE E. ELETRICA  
CONSTRUÇÃO AMPL. E REST. DE REDE DE E. ELET. ZONA RURAL  
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CAIXA D'AGUA E CHAFARIZ  
CONSTRUÇÃO E REST. DE CISTERNAS  
CONST. E REST. DE POÇOS TUBULARES  
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CEMITÉRIO  
CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REST. DO SIST. DE ESGOT. SANITARIO  
CONST. U. DE CONTR. DE ZOONOSE E F. BIOL. DE RISCO  
CONSTR. E RECUP. DE MELHORIA HABITACIONAL - M. MELHOR  
CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO E URBANIZAÇÃO - PRO-INFRA  
CONSTRUÇÃO E REFORMA DA CASA DO MOTOR  
MANUT. DO SETOR DE SERVIÇOS URB. O. PUBLICAS  
MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA  
MANUTENÇÃO DE CEMITERIO  
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Página 2 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METAS E PRIORIDADES  
2026

**FUNDEB - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
AQUISIÇÃO DE VEICULO  
CONSTRUÇÃO AMPL. E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES  
CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS  
AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS  
MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - MAGISTERIO  
MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - ADMINISTRATIVO  
MANUTENÇÃO DE CRECHE  
MANUTENÇÃO DO PEJA  
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRECHES  
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (CRECHE)

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIG. SANITARIA**

CONSTRUÇÃO AMPL. REST. DE UNID. DE SAUDE  
AQUIS. DE EQUIP. PARA SETOR DE SAUDE  
AQUISIÇÃO DE VEICULO  
CONST. AMPL. REST. DE UNIDADE DE SAUDE  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
AQUIS. DE EQUIPAMENTOS  
AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS  
MANUTENÇÃO DE ENCARGOS COM SETOR DE SAUDE

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DE PANDEMIA - SAÚDE

**PROGRAMAS ESPECIAIS DA SAUDE**

MANUTENÇÃO DO PAB

Página 4 de 8

(Continua na página seguinte)

**LOA 2025****ACAUÃ - PI**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METAS E PRIORIDADES  
 2026

MANUTENÇÃO DO PACS  
 MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA  
 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA  
 MANUTENÇÃO DO PSF  
 MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL  
 MANUTENÇÃO DO ECD  
 MANUT. DE OUTROS PROG. ESP. DA SAUDE  
 MANUTENÇÃO DA ANÁLISES CLINICAS

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**

AQUIS. DE EQUIP. P/ ASSIST. SOCIAL GERAL  
 PROG. DE SUBSÍDIO A HABIT. DO INTERESSE SOCIAL - PFH  
 MANUT. DE ASSISTENCIA SOCIAL GERAL  
 CONTRIBUIÇÃO A APAE

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DE PANDEMIA - ASSISTÊNCIA  
 MANUTENÇÃO DO FMAS  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PBF

**PROGRAMAS ESPECIAIS DA AÇÃO SOCIAL**

AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES  
 MANUTENÇÃO DO FMAS  
 ENCARGOS C/ CONSELHO TUTELAR  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PBF  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA INFANTIL  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA FAMILIA / PAIF  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - REVISÃO BPC

Página 5 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METAS E PRIORIDADES  
 2026

PROTEÇÃO SOCIAL BASICA AO DEFICIENTE  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - BENEFICIOS EVENTUAIS  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - GRUPO PRODUTIVO  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - FEIRAS ARTESANAIS  
 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - BOLSA FAMILIA  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MC IDOSO  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MC DEFICIENTE  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MC PETI  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - AC IDOSO  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - AC DEFICIENTE  
 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - AC JUVENTUDE  
 APOIO A ORG. DA GESTÃO SUAS - ESTUDOS E PESQUISA  
 MANUTENÇÃO IGD  
 MANUTENÇÃO DO CRAS

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CONSTRUÇÃO AMPL. E REFORMA DE PREDIO ESCOLAR  
 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRECHES  
 EQUIPAMENTOS PARA CRECHE  
 EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES ESCOLAR  
 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS P/ ENSINO PRÉ-ESCOLAR  
 CONSTRUÇÃO REF. E EQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA PUBLICA  
 CONSTRUÇÃO E REST. DE QUADRAS ESPORTIVAS  
 AQUIS. DE EQUIPAMENTOS  
 PRECATÓRIO DO FUNDEF - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS

Página 6 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METAS E PRIORIDADES  
 2026

PRECATÓRIO DO FUNDEF - AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS  
 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CRECHES  
 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR  
 MANUTENÇÃO ENC. DO SETOR DE EDUCAÇÃO  
 MANUT. ENCARGOS DO SETOR DE SEGUNDO GRAU  
 ENCARGOS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
 ATIVIDADES DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO  
 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - MAGISTERIO  
 MANUTENÇÃO DE CURSOS DE APRENDIZAGEM  
 PAGAMENTO DE PRECATORIOS  
 MANUTENÇÃO DO QSE  
 AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR

**DEPT. DE ESPORTES, CULTURA, LAZER E TURISMO**

AQUIS. DE BANDA DE MÚSICA PARA SETOR EDUCAÇÃO  
 PROG. DE APOIO ESPORTIVO 2º TEMPO  
 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DE CAMPO DE FUTEBOL  
 MANUT. DO SETOR DE CULTURA  
 APOIO AO DESPORTO AMADOR  
 APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS  
 MANUT. COM FESTIVIDADES E EVENTOS

**PROGRAMAS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO**

MANUTENÇÃO DO PNAEQ  
 MANUTENÇÃO DO PNAEF  
 MANUTENÇÃO DO PNAEC - CRECHE  
 MANUTENÇÃO DO PNAEP - PRÉ-ESCOLAR  
 MANUTENÇÃO DO PNAE EJA

Página 7 de 8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ-PI**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 METAS E PRIORIDADES  
 2026

MANUTENÇÃO DO PDDE  
 MANUTENÇÃO DO PNAE  
 MANUT. DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO  
 MANUTENÇÃO DO PEJA  
 MANUTENÇÃO DO PNAC  
 MANUTENÇÃO DO PNAT  
 MANUTENÇÃO DO QSE  
 MANUTENÇÃO DO PNAQ

**FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**
**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ENCARGOS C/ CONSELHO TUTELAR

Página 8 de 8

(Continua na página seguinte)

**LOA 2025**

**ACAUÃ - PI**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ**  
01.612.559/0001-35  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	49.500.000,00	47.322.000,00	61.056,70	51.480.000,00	49.420.800,00	62.253,89	53.410.500,00	51.407.606,25	63.321,97
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	48.516.113,69	46.381.404,68	59.843,10	50.456.758,23	48.438.487,90	61.016,50	52.348.886,67	50.385.803,42	62.063,35
Receitas Primárias Correntes	48.412.627,26	46.282.471,66	59.715,46	50.349.132,35	48.335.167,06	60.886,35	52.237.224,81	50.278.328,88	61.930,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.903.759,32	2.775.993,91	3.581,70	3.019.909,69	2.899.113,31	3.651,93	3.133.156,31	3.015.662,94	3.714,58
Transferências Correntes	45.358.539,21	43.362.763,48	55.948,33	47.172.880,78	45.285.965,55	57.045,36	48.941.863,81	47.106.543,91	58.024,08
Demais Receitas Primárias Correntes	150.328,73	143.714,27	185,43	156.341,88	150.088,20	189,06	162.204,70	156.122,02	192,31
Receitas Primárias de Capital	103.486,43	98.933,02	127,65	107.625,88	103.320,85	130,15	111.661,85	107.474,53	132,38
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	49.500.000,00	47.322.000,00	61.056,70	51.480.000,00	49.420.800,00	62.253,89	53.410.500,00	51.407.606,25	63.321,97
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	48.440.721,55	46.309.329,80	59.750,11	50.378.350,41	48.363.216,40	60.921,68	52.267.538,55	50.307.505,86	61.966,91
Despesas Primárias Correntes	46.806.763,57	44.747.265,97	57.734,67	48.679.034,11	46.731.872,75	58.866,73	50.504.497,89	48.610.579,22	59.876,70
Pessoal e Encargos Sociais	18.920.077,82	18.087.594,40	23.337,32	19.676.880,93	18.889.805,70	23.794,92	20.414.763,97	19.649.210,32	24.203,16
Outras Despesas Correntes	27.886.685,75	26.659.671,58	34.397,35	29.002.153,18	27.842.067,05	35.071,81	30.089.733,92	28.961.368,90	35.673,53
Despesas Primárias de Capital	1.633.957,98	1.562.063,83	2.015,44	1.699.316,30	1.631.343,65	2.054,95	1.763.040,66	1.696.926,64	2.090,21
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	344.511,52	329.353,01	424,94	358.291,98	343.960,30	433,28	371.727,93	357.788,13	440,71
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	75.392,13	72.074,88	92,99	78.407,82	75.271,51	94,82	81.348,11	78.297,56	96,44
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	75.392,13	72.074,88	92,99	78.407,82	75.271,51	94,82	81.348,11	78.297,56	96,44
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	1.500.000,00	1.434.000,00	1.850,20	1.560.000,00	1.497.600,00	1.886,48	1.618.500,00	1.557.806,25	1.918,85
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	1.300.000,00	1.242.800,00	1.603,51	1.352.000,00	1.297.920,00	1.634,95	1.402.700,00	1.350.098,75	1.663,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	150.000,00	143.400,00	185,02	156.000,00	149.760,00	188,65	161.850,00	155.780,63	191,88

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUÃ**

01.612.559/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2026



AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	28.000.000,00	0,00	0,00	36.034.190,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	28.000.000,00	0,00	0,00	35.783.781,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	27.460.956,22	0,00	0,00	35.941.654,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	28.066.093,05	0,00	0,00	35.315.294,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	933.906,95	0,00	0,00	468.486,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	933.906,95	0,00	0,00	468.486,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	-3.290.397,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	544.474,20	0,00	0,00	703.732,65	0,00	0,00	0,00	0,00

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 1

(Continua na página seguinte)

**LOA 2025****ACAUÃ - PI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**  
 01.612.559/0001-35  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
 2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	21.575.178,47	28.000.000,00	0,00	32.397.435,26	0,00	49.500.000,00	0,00	51.480.000,00	4,00	53.410.500,00	3,75
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	29.000.000,00	29.000.000,00	0,00	32.175.017,73	0,00	48.516.113,69	0,00	50.456.758,23	4,00	52.348.886,67	3,75
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	21.236.366,80	27.460.956,22	0,00	32.884.967,07	0,00	49.500.000,00	0,00	51.480.000,00	4,00	53.410.500,00	3,75
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	28.066.093,05	0,00	32.692.793,64	0,00	48.440.721,55	0,00	50.378.350,41	4,00	52.267.538,55	3,75
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	933.906,95	0,00	-517.775,91	0,00	75.392,13	0,00	78.407,82	0,00	81.348,11	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	933.906,95	0,00	-517.775,91	0,00	75.392,13	0,00	78.407,82	0,00	81.348,11	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.560.000,00	4,00	1.618.500,00	3,75
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00	1.352.000,00	4,00	1.402.700,00	3,75
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	-544.474,20	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	161.850,00	3,75

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	20.388.143,61	26.600.000,00	0,00	30.939.550,68	0,00	47.322.000,00	0,00	49.420.800,00	4,44	51.407.606,25	4,02
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	0,00	27.550.000,00	0,00	30.727.141,93	0,00	46.381.404,68	0,00	48.438.487,90	4,44	50.385.603,42	4,02
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	20.068.366,63	26.087.908,41	0,00	31.405.143,56	0,00	47.322.000,00	0,00	49.420.800,00	4,44	51.407.606,25	4,02
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	0,00	26.662.788,39	0,00	31.221.617,93	0,00	46.309.329,80	0,00	48.363.216,40	4,44	50.307.505,86	4,02
Receita Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	0,00	887.211,61	0,00	-494.476,00	0,00	72.074,88	0,00	75.271,51	0,00	78.297,56	0,00
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	0,00	887.211,61	0,00	-494.476,00	0,00	72.074,88	0,00	75.271,51	0,00	78.297,56	0,00
Dívida Pública Consolidada(DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.000,00	0,00	1.497.600,00	4,44	1.557.806,25	4,02
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242.800,00	0,00	1.297.920,00	4,44	1.350.098,75	4,02
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	-517.250,49	0,00	0,00	0,00	143.400,00	0,00	149.760,00	4,44	155.780,63	4,02

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 2



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**  
 01.612.559/0001-35  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
 2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 2 of 2

(Continua na página seguinte)

**LOA 2025**

**ACAUÃ - PI**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**

01.612.559/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	340.653,89	0,00	340.653,89	0,00	340.653,89	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	23.445.824,10	0,00	29.809.709,25	0,00	16.748.412,11	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.786.477,99</b>	<b>0,00</b>	<b>30.150.363,14</b>	<b>0,00</b>	<b>17.089.066,00</b>	<b>0,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**

01.612.559/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	190.700,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	190.700,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMENS PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>VALOR(III)</b>	<b>(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)</b>	<b>(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)</b>	<b>(i) = (Ic - IIIf)</b>
	190.700,00	190.700,00	190.700,00

**LOA 2025****ACAUÃ - PI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**  
 01.612.559/0001-35  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 2026

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**  
 01.612.559/0001-35  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 2026

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAUA**  
 01.612.559/0001-35  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 2026

ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	250.000,00	<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	250.000,00
Demandas Judiciais	80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir do	250.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	5.000,00	Cancelamento de Reserva de Contingência	0,00
Avais e Garantias Concedidas	40.000,00		0,00
Assunção de Passivos	5.000,00		0,00
Assistências Diversas	25.000,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	95.000,00		0,00
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>	150.000,00	<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>	150.000,00
Frustração de Arrecadação	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir do	150.000,00
Restituição de Tributos a Maior	35.000,00	Cancelamento de Despesas Discricionárias	0,00
Discrepância de Projeções:	6.000,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	94.000,00		0,00

Fiorilli SC Ltda - Software

Page 1 of 1